

SILÊNCIOS DA MEMÓRIA: O APAGAMENTO DO PROTAGONISMO INDÍGENA EM GOIÁS

SILENCES OF MEMORY: THE DELETION OF INDIGENOUS PROTAGONISM IN GOIAS

Patrícia Emanuelle Nascimento¹

RESUMO: O objetivo deste artigo é apresentar um determinado conjunto de representações presente na documentação oficial de Goiás entre os séculos XVIII e XIX que é responsável pelo apagamento do protagonismo indígena nessa região. Essas representações passam pela óptica do projeto colonizador o qual não considera a alteridade em seus próprios pressupostos. A alteridade, pelo contrário, é vista como inadequação aos preceitos da cultura ocidental prevista pelas políticas indigenistas que tinham aspectos econômicos, mas também ideológicos que confrontavam e não admitiam a alteridade. Nesse sentido, as estratégias e políticas indígenas são interpretadas etnocentricamente pelo discurso colonizador que esvazia sua relevância e promove uma narrativa que nega a alteridade e silencia a memória do protagonismo indígena em Goiás. O texto procura enfatizar alguns fatores que são constituídos e constitutivos dessas representações. Três foram selecionados para essa discussão: (1) espaço, gestão do território e políticas indigenistas no XVIII e XIX; (2) a ideia do medo como fenômeno histórico e (3) as construções míticas em Goiás que não levam em consideração figuras indígenas.

Palavras-chave: Memória; Protagonismo Indígena; Goiás.

ABSTRACT: The aim of this paper is to present a certain set of representations present in the official documentation of Goiás between the eighteenth and nineteenth centuries, which is responsible for the deletion of indigenous protagonism in this region. These representations pass through the optics of the colonizing project which does not consider alterity in their own assumptions. Alterity, by contrast, is seen as inadequate to the precepts of Western culture envisaged by the indigenous policies which had economic, but also ideological aspects that confronted and did not admit alterity. In this sense, the strategies and indigenous policies are interpreted ethnocentrically by the colonizer speech that empties their relevance and promotes a narrative that denies the alterity and silences the memory of the indigenous protagonism in Goiás. This text seeks to emphasize some factors that are constituted and constitutive of these representations. Three of them were selected for this discussion: (1) space, land management and indigenous policies in the eighteenth and nineteenth centuries; (2) the idea of fear as a historical phenomenon and (3) the mythical constructions in Goiás that do not take into account indigenous figures.

Keywords: Memory; Indigenous protagonism; Goiás.

¹ Doutoranda em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: patemanuelle@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A partir do momento em que a historiografia acena para o trato de outros sujeitos históricos, percebe-se o crescimento de estudos que privilegiam atores sociais até então marginais à historiografia tradicional. Nesse âmbito, a temática indígena passa a ser campo de novas pesquisas que buscam repensar a historicidade desses sujeitos a partir de seus próprios elementos, da sua alteridade, da sua historicidade. Isso significa que o índio é, sim, um ator que participa de sua história.

Cavalcante (2011) tece uma discussão sobre o campo de investigação da história indígena que tem, a partir da década de 1990, expressivo crescimento no meio acadêmico. Nesse sentido, a história indígena seria também a história da presença indígena no Brasil e de sua historicidade, desfazendo a ideia equivocada de “povos sem história”.

Sobre essa nova perspectiva historiográfica, “a história do indigenismo não é, portanto, dissociável da história indígena, simplesmente engloba mais atores” (CUNHA, 2009, p.130). A autora ainda pergunta: “Quem foram os protagonistas reais da questão indígena nos diferentes períodos da história do Brasil e quais suas peculiaridades?” (p.130). Esse protagonismo deve ser ressaltado porque, como aborda Cavalcante (2011), os indígenas no Brasil, para além da eliminação física, sofreram também com a eliminação enquanto sujeitos históricos (CUNHA, 1992 apud CAVALCANTE, 2011, p.363). Na história de Goiás, esse fenômeno não foi diferente. Daí a importância, como admite Cunha (1992), de descolonizar o discurso ocidental.

De acordo com Dias (2013), a história das relações entre indígenas e não indígenas em Goiás é uma história de contatos, cooperações e conflitos. Isso denota que os grupos indígenas, em Goiás atuaram como protagonistas de suas histórias ainda que nos limites das relações de dominação em curso pelo projeto colonizador e do contexto adverso. A ideia de protagonismo indígena é defendida por autores como Apolinário (2005), Karash (2009), Monteiro (1999) Almeida (2003) e Giralдин (2000).

Apolinário, em sua tese sobre os Akroá, escreve sobre suas formas de sobrevivência ao sistema colonial, suas formas de resistência tanto com uso da guerra quanto a chamada resistência adaptativa com aceitação dos cercos de paz. Para Apolinário (2005), ao passo que existem as políticas indigenistas do poder colonial, existem também as políticas indígenas com suas estratégias de resistência à dominação. Essas resistências ainda incluíam, conforme a autora, a ressignificação cultural e as políticas de negociação.

Exemplos de protagonismo indígena: nas regiões de fronteira, a adaptação de colonos e sertanistas, em larga medida, dependeu de recursos materiais dos indígenas. Uma função importante exercida por índios era a função de *língua*, que era um intérprete que fazia a intermediação entre não índios e índios. O protagonismo indígena também aparece nos mecanismos de sobrevivência ao processo de dominação, na ressignificação cultural, nas negociações, na resistência pela guerra, nas construções, já que muitos aldeamentos apresentam uma diferença entre a planta e as construções com elementos indígenas, e também na condição social dentro dos aldeamentos que contavam com os principais que eram indígenas que exerciam liderança e os comuns. Outro aspecto do protagonismo era utilizar o medo como arma, como uma das estratégias de guerra.

Dias (2013, p. 218) destaca o papel dos *línguas*, que eram “intérpretes militares que ocupavam espaços de poder dentro da hierarquia quanto a lida com indígenas, seja como capitães mores, principais ou intérpretes militares”. Os *línguas*, de acordo com Lia Wyler (2003), foram imediatamente institucionalizados logo no início da colonização. No entanto, Dias (2013) menciona que no litoral havia mais independência do colonizador em relação aos *línguas*, já que havia gramáticas elaboradas em nheengatu por parte dos jesuítas. O nheengatu deriva do tronco tupi e era considerada uma língua geral, firmou-se como oficial no século XVII, posto que era ensinada e divulgada em todo Brasil pelos jesuítas. No Centro-Oeste, havia maior dificuldade nas comunicações e maior era a necessidade do *língua* nas expedições, nos descimentos, aldeamentos, presídios, bandeiras, nas negociações, visto que nesta localidade as línguas não eram de origem tupi, mas do tronco macro-jê. O colonizador fazia uma distinção entre indígenas do litoral tupis e os não tupis chamados tapuias falantes do tronco macro-jê. A designação tapuia em Goiás ainda foi utilizada para designar indígenas não assimilados, considerados selvagens. Mostra Dias como eram recrutados esses línguas:

Os sertanistas, militares e missionários buscavam adquiri-los por doação, coação, rapto, troca por ferramentas, armas, miçangas e por promessas, comumente eram escolhidos dentre as famílias de estirpe nobre dentro da aldeia indígena. Eram pessoas-chave dentro da hierarquia própria das aldeias indígenas e dos aldeamentos. (2013, p. 211)

Esse autor destaca duas expedições cujo sucesso em larga medida dependeu da figura do língua: a expedição do alferes José Pinto da Fonseca à Ilha do Bananal, que encontrou os Karajá e Javaé; e a expedição em terras dos Kayapó. Ambas utilizaram línguas mulheres. No

primeiro caso, foi a índia Karajá Xuanan-Piá, e no segundo caso, a Kayapó Damiana da Cunha, que detinha grande influência sobre os Kayapó.

Sobre a formação dos *línguas*, Dias (2013) informa que antes do Diretório dos Índios, política indigenista de 1755, os *línguas* eram formados por missionários e sertanistas. Isso até 1750. A partir do Diretório, essa formação, ainda informal, passa para administradores e padres; e na segunda metade do século XIX, é institucionalizada e feita por colégios dentro dos aldeamentos. No entanto, esses atores indígenas, que são inúmeras vezes mencionados na documentação, somente de uns anos para cá ganharam relevo na escrita da história regional. Isso porque, frente ao olhar europeu, a alteridade indígena é negada, é vista de fora, a partir de uma visão de que o índio não é ator de sua história. Nesse sentido, o protagonismo é apagado, e os indígenas representados como nos dizeres de Dias (2013, p. 206): “como alguém que só sofre a ação, como alguém que só reage às mudanças [...] pensados principalmente a partir de seus constituintes não indígenas”. De acordo com Apolinário, o indígena é falado pela documentação, daí as representações que negam a alteridade e invisibilizam o protagonismo. A autora vai buscar esse protagonismo nas brechas da documentação, como diz Cancelier em seu artigo, no residual, naquilo que Ginsburg vê como indícios em seu método indiciário.

As formas de resistência indígena foram interpretadas etnocentricamente seguindo o binômio índio ingênuo e/ou manso e índio hostil e/ou feroz – representações que também orientaram as contradições na política indigenista. Conforme Apolinário (2005), a política indigenista dos setecentos é contraditória: a lei proíbe a escravização e maus tratos de indígenas, mas alvarás, provisões e cartas régias deixam brechas para coerção e submissão indígena. Para os indígenas ditos assimilados, a política indigenista setecentista colocava as relações brandas, embora isso não acontecesse na prática, pois muitos indígenas eram escravizados e explorados; para os indígenas não assimilados que, ao lutar pelas suas terras, eram entendidos como comprometedores do projeto imperial, os chamados “brabos, bárbaros e hostis”, a guerra justa.

Para a representação do índio ingênuo tem-se como exemplo, a carta do alferes José Pinto da Fonseca, então capitão da Companhia de Dragões, escrita para o governador da capitania de Goiás quando da missão de pacificar os Karajá e Javaé na Ilha do Bananal. A descrição da carta aparece na tese de Juciene Apolinário (2005) e no artigo de Dias (2013), apresentando o processo de negociação que iria culminar no aldeamento desses dois grupos

étnicos indígenas no aldeamento de Nova Beira. O que nesse espaço se pretende frisar é que os Karajá foram interpretados como ingênuos que aceitaram ser aldeados por ocasião dos presentes que lhes eram ofertados quando dentro da estratégia política desse grupo a aceitação do aldeamento se dava mais em função de se protegerem do ataque de seus inimigos. Em relação aos Kayapó, em expedição mandada por Cunha Menezes para aldeá-los, a hipótese de Giraldin (2000) foi que as negociações e os acordos de paz se deram em função de três aspectos: derrota nas guerras contra os não índios, uma seca que já perdurava por dois anos e o acometimento da varíola.

Já a resistência indígena caracterizada pela guerra era lida como hostilidade, ferocidade, mas a resistência significava a luta pela terra. Para Apolinário (2005), a resistência era entendida também a partir do medo que se sentia do indígena e não como estratégia política empreendida por esses grupos. Assim, os grupos indígenas eram representados dentro de parâmetros até mesmo demonizados, como destaca Souza:

Os índios são povo do diabo [...]. Demônios nos hábitos alimentares, são-no também nos de morar e vestir. [...] casas deste tem dois ou três buracos sem portas nem fecho: dentro delas vivem logo cento ou duzentas pessoas, cada casal em seu rancho, sem repartimento nenhum [...] e como a gente é muita, costuma ter fogo de dia e noite, verão e inverno, porque o fogo é sua roupa [...] parece a casa um inferno (SOUZA, 1986, p. 68).

Portanto, as estratégias políticas dos indígenas percebidas pela óptica do europeu e de seu projeto colonizador são um dos fatores responsáveis pelo apagamento do protagonismo indígena, posto que não consideram a alteridade em seus próprios pressupostos. A alteridade, pelo contrário, é vista como inadequação aos preceitos da cultura ocidental, prevista pelas políticas indigenistas que tinham aspectos econômicos, mas também ideológicos, que confrontavam e não admitiam a alteridade.

A intenção desse texto é identificar quais e como determinadas representações foram responsáveis por apagar o protagonismo indígena em Goiás. Identificá-las é perceber os alicerces da construção de um discurso de relações de poder que fixam determinados sujeitos históricos em detrimento de outros.

Ao analisar a documentação e perceber o protagonismo indígena nas brechas e naquilo que é residual percebe-se que o discurso que permeia a documentação oficial trata de uma narrativa que nega a alteridade a partir de determinadas representações. Tem-se aqui

como hipótese que alguns fatores são constituídos e constitutivos dessas representações. Três foram selecionados para essa discussão: (1) espaço, gestão do território e políticas indigenistas no XVIII e XIX; (2) a ideia do medo como fenômeno histórico e (3) as construções míticas em Goiás que não levam em consideração figuras indígenas.

ESPAÇO, GESTÃO DO TERRITÓRIO E POLÍTICAS INDIGENISTAS NO XVIII E XIX

No século XIX, presidentes de província, viajantes e intelectuais estão alinhados com o olhar europeu, o olhar imperial. Para Goiás, no final do século XVIII e no XIX, se verifica uma leitura do seu passado, como o espaço onde se deitam as raízes da decadência. O discurso da decadência em Goiás ou para Goiás está muito ligado à integração da Província ao Estado Nacional. Conforme Sussekind (1990), a construção da Nação passa por uma forte influência do “olhar armado” dos viajantes. Esse discurso incorporado pela historiografia regional tradicional fez perder a dimensão da interioridade própria de Goiás, e, por outro lado, também sugere que história se pretendia escrever e que memória se pretendia forjar. Daí, a construção dos mitos estarem atrelados a determinadas figuras, não incorporando a alteridade indígena que protagonizou na história de Goiás, ainda que dentro das relações de dominação.

Em Goiás, a política indigenista está também ligada à gestão do território. Desde o descobrimento das minas até os sinais de seu esgotamento na década de 1770, a política de gestão do território não é apenas econômica, mas conforme Marcondes (2011), é, principalmente, política e estratégica enquanto forma de garantir a posse de territórios indeterminados. Para a Coroa portuguesa, as frentes de expansão e interiorização do território tinham essa função de asseguar do território. Marcondes (2011) mostra, no caso de Goiás, que num primeiro momento, a fim de garantir o erário real, interessa para a Coroa a segurança e o fechamento do território. Desse modo, proíbe-se a navegação dos rios Araguaia e Tocantins e a criação de estradas, ficando permitida apenas a estrada que ligava Goiás a São Paulo, chamada caminho de Goiás. De acordo com o autor, a mineração é importante para garantir o erário real, mas o que importa de modo político-estratégico é assegurar as possessões territoriais.

Até a escolha do arraial de Santana (apesar dos protestos que apontavam Meia Ponte como melhor lugar) para sediar a capital de Goiás, parece ter sido uma escolha política, pois este arraial ficava a oeste do meridiano de Tordesilhas, como mostra Deusa Maria Rorigues

Boaventura em sua tese de doutoramento: *Urbanização em Goiás no século XVIII*. Na página 66 há um desenho de Gustavo Amaral sobre a localização do arraial de Santana.

Luiz de Mascarenhas demarcou as terras da capital próximas ao arraial de Santana localizadas ‘a oeste de Tordesilhas, em região não definida, justificada, posteriormente pelo antigo Direito romano expresso na expressão latina *UTI possidetis ita possideatis*, que pode ser entendida por se já possuiis, continuais possuindo’ (BOAVENTURA, 2007, p. 66).

Com o esgotamento das minas de Goiás, as relações políticas e econômicas da região tendem a modificar. Mas, estrategicamente, continua a política de asseguarção do território com base no povoamento. Economicamente, agora Goiás precisa expandir seus meios de comunicação tanto internos entre os arraiais e vilas quanto com as demais capitânicas.

É nesse momento, final do XVIII, antes mesmo da presença de viajantes estrangeiros que passaram por Goiás somente no século seguinte, que termos como progresso, desenvolvimento econômico e decadência começam a ser mencionados pelos administradores da capitania, por seus governadores influenciados pelas ideias do Iluminismo. Tais ideias guiaram políticas indigenistas, a exemplo daquelas preconizadas pelas Reformas Pombalinas, como, por exemplo, o Diretório dos Índios (1755 – 1798), e guiaram olhares etnocêntricos em relação aos indígenas como a noção de perfectibilidade que era a capacidade do indígena de chegar a ser civilizado.

Essa gestão do território influenciou a política indigenista dos aldeamentos. Num primeiro momento, eles eram pensados para garantir a segurança dos arraiais, dos moradores e contra as investidas de grupos indígenas não integrados. Com o esgotamento do ouro, os aldeamentos são pensados como embriões de futuras vilas, a ideia aqui é garantir o povoamento da capitania. Com as políticas do Diretório dos Índios (1755 – 1798), os índios passam a ser vistos como vassallos e, como vassallos, deveriam ser úteis à Coroa, aos moradores como mão-de-obra na agropecuária e como canoeiros na navegação dos rios. Assim, as políticas indigenistas previam a diferença entre indígenas integrados ao processo civilizador e os não integrados, entendidos como barbárie. De acordo com Suelen Siqueira Júlio:

Para os colonizadores, as fronteiras estavam destinadas a unir dois espaços simbólicos: o conquistado, povoado de pessoas civilizadas ou em vias de civilização, e o não submetido, que representava o caos, a ausência de civilização. Nesta perspectiva, as fronteiras estavam destinadas a separar tais

mundos ou, através das conquistas, a transformar o espaço da barbárie em espaço civilizado (2014).

Como menciona Oliveira (2006), a colonização branca e cristã em Goiás é a luta contra o outro não bem integrado ao processo civilizador.

A CONSTRUÇÃO DO ESTADO NACIONAL E A QUESTÃO INDÍGENA

No século XIX, com a criação do Estado nacional, a categoria espaço transita da anterior lógica, dentro da colonização portuguesa, da asseguaração das possessões territoriais no século XVIII para a lógica da unidade territorial. Vila Boa, que na primeira metade do século XVIII tinha importância político-estratégica pela sua posição geográfica, nos oitocentos enfrenta debates em torno do seu *status* como capital da província.

O diminuto fluxo econômico de Goiás no século XIX coloca-o numa posição de província opaca dentro da hierarquia entre as províncias. A luminosidade no século XIX irá depender muito mais da importância econômica e esta, por sua vez, está vinculada às noções de progresso, indústria, desenvolvimento e modernização. Progresso e modernização são termos articulados com o “relógio do ocidente”.

De acordo com João Marcelo Ehlert Maia (2007), o espaço como zona de fronteira desafia o olhar imperial. O sertão é visto como “sociedade movente, instável e alheia a uma fundação cultural homogênea e permanente” (p.9) e desafia a visão racionalizadora “olhar impregnado de cálculo do homem econômico” (p. 9). Daí a ideia de uma sociedade em ruínas.

Para João Marcelo Ehlert Maia (2007, p. 3), “o espaço é uma categoria central na imaginação brasileira”. O autor reflete sobre as imagens e representações do território e diz que mais que símbolo, o território é um elemento constitutivo da cognição sobre a civilização brasileira. Mas por que o espaço é tão central na imaginação brasileira? A questão cara para o Império brasileiro da integridade territorial passa pela questão do território nacional e de como este pode ser integrado a uma pretensa narrativa histórica que procura fundamentar uma determinada identidade nacional. A questão é a de como integrar lugares longínquos à narrativa histórica nacional.

É preciso observar que narrativa constitutiva da identidade nacional se pretende forjar, quais os elementos constitutivos dessa narrativa, que espaços se enquadram nessa

narrativa, que espaços a desafiam. Isso fica evidente na pergunta do autor de como integrar lugares longínquos à lógica da modernidade, ou seja, ao relógio do ocidente.

Ficou a cargo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) promover essa tarefa da escrita da história brasileira identificada a um determinado projeto de nação. Para o autor, é a tensão de um espaço identificado ora como origem, ora como invenção que traduz a marca constitutiva da percepção do território na imaginação brasileira.

Desse modo, a espacialidade dos sertões desafia o discurso da modernidade, não consegue ser apanhada pelo cálculo racional dentro da percepção daqueles homens. Trata-se, para esse olhar, de um território movente, instável, “espaço como uma zona de fronteira, permeada de vestígios, gentes, lugares e ruínas” (MAIA, 2007, p.4). De acordo com o autor, essas “geografias incompletas” desafiavam o olhar imperial dos viajantes. Ali não se enxergava “fundação cultural homogênea e persistente” (p. 4).

No cálculo racional, não se encaixam bem as geografias incompletas e como apresenta Manuela Carneiro da Cunha (1987) o projeto nacional se dá com a negação da soberania das nações indígenas, como mencionam Borges, Medina e Monteiro, “se o modelo de identidade nacional espelhava-se na Europa, então não haveria lugar para os índios” (2012, p. 254). Para Lúcio Tadeu Mota (1998, p.150), “A ocupação de territórios indígenas, a modernização e as idéias de europeização foram práticas que marcaram, de forma geral, a sociedade nacional no século XIX”. Mas, sem contemplar as diversidades étnicas.

A integração indígena passa, no século XIX, pelas ideias de progresso e civilização. Conforme Mota (1998), integrar indígenas ao projeto nacional significava incorporar suas terras e utilizar sua mão-de-obra.

Mota (1998) apresenta os debates que foram tecidos no interior do Instituto sobre a temática da integração indígena e entende que esses debates influenciaram políticas indigenistas e que sua revista – o RIHGB – foi de fundamental importância para que as ideias do Instituto circulassem por todo Império.

Por que os debates no interior do Instituto eram tão relevantes? O Instituto foi fundamental na construção do Projeto de Nação:

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838, é um exemplo desse ideário, pois desempenha um relevante papel na construção de uma história do Brasil e, por conseguinte, no estabelecimento, em bases científicas, nos marcos do iluminismo, de uma unidade/identidade nacional – e esta época se caracteriza justamente por esse afã de fundar uma

nação brasileira domada, civilizada (BORGES; MEDINA; MONTEIRO, 2012, p. 251-252).

O autor ressalta quatro propostas de integração do indígena ao projeto de nação, vinculadas aos debates do Instituto: integração pela catequese, integração pela guerra, integração pelo branqueamento e finalmente pelo trabalho.

Outro trabalho dedicado à temática indígena tomando como objeto o IHGB é o de Isabel Crescêncio (2012). Em seu artigo, a autora busca as representações do indígena no imaginário goiano contidas nas páginas da revista do Instituto, a RIHGB, ela analisou 25 artigos e, metodologicamente, apoiada em Koselleck, organizou as representações em três temporalidades: leituras do passado, interpretações do presente e perspectivas do futuro.

Na primeira temporalidade, destaca os artigos referentes à origem e migração dos povos indígenas naquilo que, com a colonização, viria a se constituir com Goiás.

Na segunda temporalidade, a autora dedica maior espaço. Aqui enfatiza os artigos que apresentam as representações do indígena até os dias atuais no âmbito nacional e destas as que se fizeram presentes em Goiás. Destaca seis subjetivações para os oitocentos: 1) *o índio selvagem*, aqui representações do bom e mau selvagem. O bom selvagem está na idealização romântica do século XIX. De acordo com a autora, essa imagem não ganhou solo fértil em Goiás, no entanto, a do mau selvagem, sim, por ocasião do horror que os moradores tinham dos indígenas. 2) *O índio antropófago*. 3) *O índio atrasado*. 4) *Índio privilegiado versus índio explorado*. 5) *Índio natureza* – para a autora, essa representação alcançou Goiás: encontra-se em relatórios de presidentes de província e na narrativa dos viajantes que por aqui passaram.

Para Crescêncio (2012), essa representação índio natureza constituía em exemplo de anulação do indígena no imaginário coletivo. Como assevera Portella: “uma imagem acerca do índio do sertão, ou retirando-lhe completamente a historicidade ao denominá-los como parte da natureza, ou oferecendo-lhes uma historicidade incompleta ao descrever seus modos de vida” (PORTELA, 2006, p. 133). Por último, a sexta subjetivação é a do índio aculturado.

A terceira temporalidade apresenta cinco pontos que permeiam o imaginário para o futuro das relações indígenas: “a saber: a ocupação do interior; o desejo de civilizar os indígenas; a possibilidade de estabelecer o comércio; as ações governamentais; e por fim, a certeza de que os indígenas iriam desaparecer” (CRESCÊNCIO, 2012).

Conclui-se que, para a autora, três dessas representações foram presentes em Goiás: a do mau selvagem, a do índio atrasado e a do índio natureza. Para o imaginário coletivo goiano, predominou principalmente a do mau selvagem mediada pelo sentimento do medo:

E além disso, para demonstrar de maneira clara que os indígenas que habitaram a região de Goiás no século XIX não foram personagens históricos passivos e sim ativos, trabalhou-se o sentimento *medo* – construído por estes índios como elemento de auto-afirmação identitária e de defesa territorial consciente. Este sentimento foi o motivo de embate entre não-indígenas e indígenas em Goiás no século XIX; pois mesmo que com as diversas justificativas recorrentes empregadas em discordância com os indígenas, o que prevaleceu foi o sentimento subjetivo de insegurança. Assim, as razões para o embate não se encontravam nos “outros”, mas nos próprios “civilizados”; por isso o ódio extremado aos indígenas, o desejo de submetê-los ao extermínio total (CRESCENCIO, 2012).

IHGB E HOMENS DO IMPÉRIO: COUTO DE MAGALHÃES E O DEBATE EM TORNO DA QUESTÃO INDÍGENA

O IHGB, fundado em 1838, seria, para Borges, Medina e Monteiro (2012), um exemplo de uma instituição calcada no ideário de civilização dentro dos “marcos do iluminismo” (p. 251). José Vieira Couto de Magalhães, como homem do Império e membro o IHGB, estava imbuído do projeto civilizador que orientava as elites políticas do Império e da perspectiva racionalizadora no sentido de organizar “os espaços longínquos do Império” (EHLERT MAIA, 2007, p.7).

Borges, Medina e Monteiro (2012, p.255) ressaltam que Couto de Magalhães “foi um misto de estadista, homem público, escritor, explorador e cientista” e que suas viagens e expedições resultaram em observações e descrições etnográficas que permitiram a ele elaborar suas propostas de integração indígena ao projeto nacional. Uma de suas obras mais importantes teria sido *O Selvagem* (1876).

Couto de Magalhães integrou o IHGB na segunda metade do século XIX e estava envolvido nos debates sobre a considerada problemática indígena. Para Borges, Medina e Monteiro (2012) sua proposta de valorização do indígena estava associada ao seu interesse “da utilização do braço indígena para a ocupação, melhoramento e manutenção de vasta porção do território nacional” (2012, p. 256). É nesse sentido que se daria a domesticação dos povos indígenas tidos como selvagens.

Para Mota (1998), é no IHGB que as elites políticas do Império tiveram sua formação e treinamento. No Instituto se faziam concursos e exposições por onde circulavam os posicionamentos em torno de temas que interessavam à nação. Em 1773, Couto Magalhães escreve na RIHGB um ensaio de Antropologia chamado *Região e Raças Selvagens*. Essa publicação defende:

[...] o aproveitamento dos índios em várias atividades produtivas, principalmente naquelas cujo trabalho não era o da agricultura sedentária, como as atividades pastoris do Sul, as atividades extrativas do Norte, onde o elemento indígena reunia melhores condições de convivência com a natureza que o branco (MOTA, 1998, p. 168).

A também que:

E a estratégia para a inserção dos índios nas atividades econômicas do Império passava pela educação das crianças indígenas em colégios específicos, onde se ensinaria não só a língua pátria como também profissões e noções administrativas, para que esses jovens, mais tarde, ocupassem a administração de suas aldeias (MOTA, 1998, p. 168).

Para Borges, Medina e Monteiro (2012, p. 257) a obra de Couto de Magalhães, embora vá “ao encontro da proposta do IHGB de investigar as origens do homem americano, compreender suas formas de organização e suas expressões culturais” destaca-se, por outro lado, por apresentar algumas especificidades. A sua especificidade estaria no destaque que confere aos indígenas como “elemento ativo, no processo de formação e de desenvolvimento da sociedade brasileira” (p. 256), como defensores de fronteiras e como mão-de-obra no setor produtivo. Daí Mota (1998) falar da integração pelo trabalho.

Já no momento das discussões de como seria a melhor forma de integrar o indígena à nação: catequeses ou a guerra, Couto de Magalhães se opõe à guerra. Confronta com o discurso de Francisco Adolfo de Varnhagen para o qual valia a tese da superioridade branca sobre os povos indígenas. Para Varnhagen, o Estado deveria impor-se à força aos indígenas, para ele, povos sem história. Na contramão desse discurso, Couto de Magalhães valorizou, ainda que dentro de um parêntese civilizatório da domesticação, a especificidade dos grupos étnicos indígenas. De acordo com Mota (1998, p.169), ele “Refutou os argumentos de que os índios eram preguiçosos, estúpidos, bêbados e traiçoeiros” e “lamentou que os índios não tivessem historiadores para escreverem a história a seu modo” (p.169).

Sobre a catequese, fez críticas quanto à forma pela qual esta vinha sendo empregada. A catequese deveria se orientar pelos seguintes meios: a) não aldear nem pretender governar as tribos indígenas; b) ensinar as crianças de cada tribo a ler e escrever conservando sua língua materna; c) deixar os índios viverem no seu modo de vida tradicional, não alterando seus costumes. (MOTA, 1998, p.169).

Também propôs que fossem criados os *neolínguas*, que seriam “intérpretes ou leigos especialistas em línguas indígenas” (MOTA, MEDINA e MONTEIRO, 2012, p. 257). Em sua obra *O Selvagem*, propõe um Curso da língua geral (Nheengatú), pois “Para ele, a língua é o principal instrumento de preservação da história da humanidade, por isso destaca a sua importância na conquista pacífica dos indígenas” (p. 258)

Outro aspecto relevante e que ele contrapôs-se a um argumento muito difundido no período em questão sobre a importação de europeus, posto que defendia que as populações indígenas poderiam ser empregadas nas atividades produtivas sem a necessidade do Estado de recorrer à migração de europeus.

Em Goiás, Couto de Magalhães foi presidente desta província de 1862 a 1864. Em 1863, “excursionou pelo rio Araguaia (1863) de onde recolheu farto material para seus estudos” (BORGES, MEDINA e MONTEIRO, 2012, p.256). Também foi o idealizador do Colégio de Línguas Princesa Imperial Dona Isabel (1870-1889) no momento em que era “diretor, na época, dos Serviços de Catequese e Navegação do Araguaia, órgão vinculado à Secretaria de Estado dos Negócios de Agricultura, Comércio e Obras Públicas da Província de Goiás” (MARIN, 2009, p.155). De acordo com Dias (2013), esse colégio seguia o pressuposto jesuítico de catequizar os índios na sua própria língua, ideia defendida por Couto de Magalhães, que inclusive falava o nheengatu. Era também um local para se aprender ofícios. De acordo com Dias, o objetivo era:

[...] formar intérpretes (língua) e profissionais voltados à navegação do Araguaia. Os meninos seriam formados como marinheiros, para tanto, deveriam aprender o ofício de ferreiro, carpinteiro e mecânico, aplicado à construção naval. Também a eles era desejado que se ensinasse práticas agrícolas. (2013, p.220)

Para Marin (2009) “O projeto pedagógico do Colégio Isabel visava à destruição do mundo do outro – do indígena – e de sua cultura. Por ser considerada tabula rasa, a criança tornou-se ponto de partida para essa destruição cultural” (2009, p. 162)

Com isso, conclui-se que, apesar do discurso e das práticas políticas de Couto Magalhães considerarem o indígena como elemento ativo, seu projeto não o situou como agente de sua própria história e sim como povos que deveriam sair da barbárie e alcançar a civilização por meio da integração à lógica do racionalismo do ocidente, todos os elementos culturais do indígena são manejados nesse intuito.

O MEDO COMO ELEMENTO HISTÓRICO

As representações do medo fazem com que o “outro” apareça nos capítulos da história tradicional de Goiás sob a insígnia do negativo, da inferioridade, o que não permite a este ocupar o seu devido lugar na memória que leve em conta sua própria engrenagem cultural, suas formas de resistência, seus motivos e estratégias.

Para Oliveira (2006), havia uma ilha de “civilizados” em Goiás ou com anseios de civilização que nutria o medo de se deixar envolver pelo outro. Aqui o conflito básico seria, então, entre um “pequeno grupo de ‘civilizados’ e os ‘outro’” (p. 12). Havia o medo dos não bem integrados ao projeto civilizador.

Civilização no XVIII, conforme Oliveira (2006), significa oposição à barbárie e, no XIX, trabalho produtivo relacionado às relações comerciais. De modo ideal, mas não condizente com o que ocorria na prática das vivências em Goiás, a mescla de práticas civilizadas com as indígenas consubstanciava-se em obstáculo à implantação do projeto civilizador.

Oliveira (2006) aponta que o índio foi uma das principais fontes de medo em Goiás nos séculos XVIII e XIX. Para o autor, as etnias mais temidas eram os Kayapó do sul e os Avá-Canoeiros, estes últimos foram os únicos que não aceitaram ser aldeados. Apolinário (2005) sinaliza que também os Akroá causaram bastante temor.

Por habitarem a região centro-sul de Goiás onde surgiram os “primeiros arraiais, destinados a explorar as minas de ouro, a tensão entre as duas etnias aumentava consideravelmente” (OLIVEIRA, 2006, p. 22).

Com os repetidos ataques dos Kayapó no interesse de defenderem seu território – ataques entendidos pelo colonizador como obstáculo e ameaça ao projeto colonizador – foi contratado o sertanista Antônio Pires de Campos para empreender derrota aos Kayapó.

Conseguiu obter algum sucesso, mas não “desinfestou” de vez a área mineradora e a estrada do sul que ligava Goiás a São Paulo da presença desse grupo indígena. Por seu trabalho, o sertanista recebeu sesmaria, prêmios, isenção de impostos, empréstimos em ouro da Fazenda Real. Isso denota a importância que a segurança das áreas mineradoras e da posse do território tinha para a Coroa.

Para tentar manter o “caminho de Goiás” em segurança para os viajantes, o governador de São Paulo, D. Luís de Mascarenhas, contratou Antônio Pires de Campos, um sertanista de Cuiabá muito experiente, o qual foi encarregado de deslocar grupos Bororo da região de Cuiabá e aldeá-los no atual Triângulo Mineiro. Comandando esses grupos Bororo, Antônio Pires de Campos deveria realizar todas as ações necessárias para manter em segurança o “caminho de Goiás”, protegendo os viajantes e moradores da região dos ataques dos Cayapó (GIRALDIN, 2000, p.164).

Esses primeiros contatos com o Kayapó, dentro da lógica da defesa do território e proteção do erário real, foram de violência e guerra.

Sem ter resolvido o “problema Kayapó” pela imposição da violência, uma política de aproximação pacífica foi conduzida a partir da década de 1770, por meio dos aldeamentos.

O aldeamento de São José de Mossâmedes, para onde mais tarde foram levados Kayapó, foi idealizado para ser um aldeamento-modelo, aldeamento-escola, localizado estrategicamente próximo à capital Vila Boa. Mas, a princípio, o aldeamento criado para abrigar os Kayapó foi Maria I, distante poucas léguas de São José de Mossâmedes. Esses aldeamentos, a partir das reformas pombalinas, estavam sob a égide do Diretório dos Índios.

Na segunda metade do XVIII, a política de gestão do território se altera em função da necessidade de povoamento. Entretanto, de acordo com Apolinário (2005), as mudanças nas relações com o indígena dentro das políticas indigenistas não partem apenas das necessidades do colonizador. O projeto colonial precisou negociar com os indígenas, pois as estratégias de resistência por parte deles acabaram por redirecionar certas práticas e medidas coloniais em relação a acordos e negociações.

Sobre a expedição que culminou no aldeamento dos Kayapó, Giraldin (2000) apresenta como três relatos a descreveram. Primeiro o relato de Antônio da Silva e Sousa, depois José Martins Pereira de Alencastre o qual segue os escritos do padre Silva e Sousa e o relato do então governador da capitania de Goiás Cunha Meneses, que credits para si os méritos dos descimentos dos índios Kayapó.

O que se percebe nos relatos é que todos eles procuram descrever o episódio apenas com base no protagonismo do colonizador. Na explicação dos fatos contidas nesses relatos, o indígena não aparece como sujeito de sua história, que negocia o aldeamento a partir de determinados interesses.

[...] a explicação para a rendição desse grupo dos Kaiapó deve ser buscada, não no teatro armado por Cunha Meneses, mas sim na grande seca que abalou o cerrado entre 1776 e 1781, seguida por mais de três anos de chuvas torrenciais, o que dificultou a obtenção de alimento pelos índios. Daí o motivo principal deles aceitarem ser aldeados (OLIVEIRA, 2006, p. 24).

A isso, Giralдин (2000) acrescenta uma epidemia de varíola que teria assolado toda a capitania de Goiás.

Nos aldeamentos havia todo um ritual para fazer a passagem de “bárbaros e selvagens” para “cristãos civilizados”, agora vassallos do rei que trabalhassem para o bem da Coroa, assegurando a tranquilidade dos moradores e garantindo a posse do território povoando-o. Os indígenas, na sua maioria, eram batizados, os próprios aldeamentos não poderiam ter toponímia indígena e pela lei do Diretório dos Índios, os indígenas aldeados deveriam aprender os costumes civilizados e tinham que aprender o português, pois o *nheengatu* foi proibido de ser falado pelo Diretório.

Contudo, esse projeto de assimilação por parte do projeto colonizador não significou a redução do indígena aos interesses coloniais. Os indígenas prosseguiram com seus interesses, suas estratégias políticas e/ou de sobrevivência. Planejavam fugas, voltavam para seus antigos territórios ou migravam para outros. Quando retornavam, se confrontavam com os moradores que se instalaram em suas áreas. Daí as hostilidades de ambos os lados prosseguiram.

No século XIX, houve uma mudança estrutural importante com a decadência da mineração e reorientação econômica para a pecuária e agricultura. Se os índios não tinham mais condições de fazer ataques a vilas e arraiais, em contrapartida, as fazendas seriam um alvo fácil (OLIVEIRA, 2006, p. 25).

De acordo com Oliveira, essa mudança estrutural fez com que no século XIX o palco de embate entre Kayapó e colonos fosse a região sudoeste de Goiás. Principalmente as povoações de Dores do Rio Verde e Torres do Rio Bonito (atual Caiapônia). As táticas de guerra Kayapó e o modelo de ataques incutiam muito medo nos moradores dessas regiões.

Oliveira apresenta trecho de uma carta de um fazendeiro de Torres do Rio Bonito, publicada no jornal *Correio Oficial*, de 1853. Assim escreve o fazendeiro:

Ali chegaram dando gritos medonhos e infernais!
A família que constava da senhora de Marciano, uma filhinha de cinco meses e um casal de crioulinho, trancou-se a casa.
Os selvagens, fazendo buracos nas paredes, frecharam a todos que se achavam dentro, d'onde proveio a morte à excepção de uma crioulinha que ainda assim ficou muito ferida.
Despiram os cadáveres e levaram consigo toda a roupa e peças de ferro que encontraram.
Alem d'estas crueldades, picaram os cadáveres a dentadas.
Há pouco tempo o mesmo fizeram com um escravo do Alferes Estevão Penna (SOUZA apud OLIVEIRA, 2006, p. 25).

Esse relato expressa bem a visão unilateral dos acontecimentos que não previa a alteridade e sempre coloca o outro como selvagem e atroz, porém, alimentava os sentimentos de medo, insegurança e ódio, que justificava a guerra aos índios e não os métodos brandos indicados pela legislação.

AS REPRESENTAÇÕES DO BANDEIRANTE E A MEMÓRIA DO TEMPO MÍTICO NA REGIÃO

As representações do passado dependem segundo Paul Ricoeur de quem narra. Sob a narrativa “as finalidades, as causas, os acasos são reunidos sob a unidade temporal de uma acção total e completa. (...) É uma síntese do heterogéneo” (1994, p. 9-10).

A narrativa dos cronistas, documentação oficial, jornais e relatos de viajantes muitas vezes darão ênfase a um “tempo mítico” em que a figura do bandeirante corresponde às necessidades de uma narrativa que pretende construir um passado de riqueza e fausto que demonstre a heroicidade dos primeiros povoadores. Nessa leitura, a narrativa do desbravamento é um dos movimentos da que encontra no tempo mítico seu substrato, o tempo do apogeu em oposição à realidade de decadência e isolamento a qual se encontrava a Goiás desde os fins do XVIII. O tempo mítico está circunscrito ao binômio apogeu e decadência e nesse tempo a figura do bandeirantismo é ressaltada e a presença indígena aqui é subsumida.

Em Goiás, a construção de uma ideia de abundância e posterior ocaso, estaria no fato de que a inépcia da administração colonial é que teria conduzido à decadência. De modo que, frente a essa situação, haveria a necessidade da intervenção do “braço forte” do Estado, a fim

de desenvolver as potencialidades da Província para que essa tenha dentro da hierarquia interprovincial maior luminosidade. A luminosidade para as províncias no XIX parece estar vinculada à importância econômica que estas têm para o Império. A luminosidade tem a ver com as ideias de civilização e progresso as quais não estariam de modo nenhum associadas à figura do indígena, muitas vezes tido como símbolo de barbárie e entrave à civilização que se desenhava como projeto.

Em Goiás, essa imagem romanceada do bandeirantismo encontra solo fértil na figura de Bartolomeu Bueno da Silva, o filho, o qual teria sido o fundador da antiga capital.

De acordo com Andrade (2009), houve pouco interesse dos viajantes por Goiás e a situação da economia na Província foi interpretada sob o signo da decadência, posto que os viajantes traziam consigo as influências econômicas da época e um olhar gestado a partir dos parâmetros da civilização. Sobre a memória dos viajantes, diz Andrade:

As memórias dos viajantes naturalistas à Província de Goiás, no século XIX, como Saint-Hilaire, Pohl, Gardner e Castelnau, quando faziam referência ao seu “descobrimento”, eram baseadas numa visão mítico-épica. Conforme Doles e Nunes (1992, p.85), quando se referem à fase do descobrimento de Goiás, baseiam-se na tradição oral e em fontes oficiais. Num meio social tão limitado como o da fase inicial da ocupação, a transmissão oral prevalecia quase sempre sem a confirmação por parte das informações oficiais [...] Saint-Hilaire, no livro *Viagens às nascentes do São Francisco*, narra o heroísmo de Bartolomeu Bueno, caracterizando-o como destemido, forte e corajoso (2009).

Os viajantes contribuíram para reforçar o imaginário do tempo mítico apoiados na oralidade e documentos oficiais o que reforça a imagem do bandeirante como herói. Em contraposição, o indígena é apresentado como parte da paisagem dos sertões, incivilizado. Chaul (1997, p. 21) coloca que essa representação constrói um “conjunto de negativas que se resumiram na decadência da região [...] mostrada por literatos e historiadores que trabalharam a história de Goiás [...]”.

A memória fincada na figura do bandeirante vai sendo marcada desde o século XIX por meio das crônicas oitocentistas, documentos oficiais, relatos de viajantes. O século XX em Goiás é muito marcado pela organização dessa memória: escritores, jornais, historiografia tradicional. No começo do século vinte, pelos jornais e por escritores como: Moisés Santana e Joaquim Bonifácio, para esse período, Pinheiro (2003) demonstra muito bem como surgem

narrativas sobre as origens de muitas cidades goianas e como algumas delas exaltam a figura do Anhanguera, principalmente a antiga capital e como isso ganha força por ocasião das comemorações do centenário da cidade de Goiás. Também apresenta que essa memória segue à mudança da capital para Goiânia.

Antônio Cesar Caldas Pinheiro (2003) discute a memória criada em torno da origem das cidades goianas e muitas das narrativas têm o intuito de se registrar os feitos dos primeiros povoadores paulistas. “Entre os aventureiros d’esta especie se distinguiu Bartolomeu Bueno da Silva, natural da Villa de Parnahyba, que os seus conterraneos contam entre os seus heroes” (SILVA E SOUZA apud Pinheiro, 2003, p.24). [...] aqui se preencheram os fins do Anhanguera, ‘chegou’ à meta de seus trabalhos, ‘viu e venceu’ (SILVA E SOUZA apud Pinheiro, 2003, p. 24).

Acrescenta Pinheiro:

Já nesta época, cerca de quinze anos após o falecimento de Bartolomeu Bueno, ocorrido a 19 de setembro de 1740, sua figura se diluía em meio ao imaginário dos habitantes das Minas de Goiás. Isto foi reforçado com a criação da capitania em 1748, enaltecendo sua figura de descobridor de Goiás e fundador do arraial de Santana, que seria a única vila da capitania durante o século XVIII, elevada a esta categoria em 1736 com o nome de Vila Boa justamente em homenagem a ele (2003, p. 26).

Pinheiro (2003) também relaciona o fortalecimento da imagem do bandeirante às comemorações do centenário da Cidade de Goiás, que ocorreria no dia 17 de setembro de 1918, e que de acordo com o autor, fizeram ebulir sua lembrança.

Ao analisar as narrativas de origem das cidades goianas, Pinheiro (2003) percebe que:

A religiosidade do povo sertanejo ensejou inúmeras manifestações e representações do imaginário. Com uma visão quase sempre mítica das origens de suas cidades, a memória dos habitantes de Goiás, saindo da mesmice da realidade sertaneja, criou enredos aformoseando de certa maneira as narrativas sobre a origem de alguns núcleos urbanos. Em busca do diferente, de criar sua própria identidade, algumas cidades mergulharam no passado recriando-o com base em algum fato ou dado histórico conservado na memória. O imaginário teceu enredos reconstruindo a memória e solidificando a identidade buscada. O enredo nisso tudo seria a argamassa que aglutinaria os mecanismos de expressão da memória e da formação da identidade (2003, p.53).

Lendo o trabalho de Pinheiro (2003), é interessante observar que as narrativas sobre a origem das cidades goianas remontam a um determinado imaginário em que quase não aparece a figura do indígena, a não ser em alguns momentos como eram vistos pelos registros oficiais como ameaça e entrave.

De acordo com Sandes (2012), o mito do bandeirante representado no imaginário como desbravador e domador dos sertões articula a região aos interesses de progresso e civilização, os quais vinculariam os sertões longínquos à órbita nacional. Dentro dos projetos de integração, as narrativas não contemplavam o indígena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A citação abaixo se aproxima e se distancia ao mesmo tempo das considerações sobre a temática aqui discutida:

O colonialismo não se contenta em impor seu jugo sobre o presente e o futuro de uma nação dominada. O colonialismo não se satisfaz meramente em controlar um povo e esvaziar seu cérebro de toda forma de conteúdo. Seguindo uma lógica perversa, ele se volta para o passado do povo oprimido e o distorce, desfigura e destrói (FANON, Frantz, apud WYLER, Lia, 2003, p. 5).

Aproxima-se porque, apesar de se referir a outro contexto, podemos aplicar sua lógica de constituir uma memória sobre o passado que intenta distorcer o outro, destruí-lo, apagando-o da memória. Afasta, porque, dentro das discussões historiográficas mais recentes sobre história indígenas, enfatizam-se novos arranjos e nuances das relações estabelecidas no interior da política de gestão do território em que o projeto colonial precisou negociar com os indígenas. Desta forma, não se preconiza o antigo lugar apenas de “povo oprimido” na reorganização de uma nova narrativa sobre a história indígena, ainda que dentro de relações de poder e dominação. Nesse sentido, destacam-se agora outros lugares e novos papéis, até então obliterados por essa narrativa que “distorce, desfigura e destrói” o passado. Esses novos papéis e lugares são os do protagonismo.

REFERÊNCIAS

- ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Annaes da Província de Goyaz (1863)*. Brasília: Sudeco, 1979.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- ANDRADE, Karylleila dos Santos. A toponímia indígena, o etnocentrismo e a exoticalização de Saint-Hilaire, Pohl, Gardner e Castelnau. In: *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*. Rio de Janeiro: Cifefil, cadernos do CNLF, VOL. XII, Nº 09, p. 57- 67, 2009.
- APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. *Os Akroá e outros povos indígenas nas Fronteiras do Sertão: as práticas das políticas indígena e indigenista no norte da Capitania de Goiás - século XVIII*. 2005. 269f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.
- BOAVENTURA, Deusa Maria Rodrigues. *Urbanização em Goiás no século XVIII*. 2007, 279 f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU- USP, São Paulo, 2007.
- BRASIL, Americano do. *Súmula de história de Goiás*. Goiás, Imprensa Oficial, 1932.
- BORGES, Luiz Carlos; MEDINA, Manuela Brêtas; MONTEIRO, Livia Nascimento. Ciência, Imaginário e Civilização em Couto de Magalhães. In: *Revista Brasileira de História e Ciência*. Rio de Janeiro, v.5, n. 2, p. 250 – 266, jul/dez 2012.
- CAVALCANTE, Thiago Leandro V. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. *História*, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 349- 371, jan.-jun. 2011.
- CHAIM, Marivone Matos. *Aldeamentos indígenas: Goiás, 1749-1811*. 2.^a ed. São Paulo: Editora Nobel, 1983.
- CHAUL, Nars Nagib Fayad. *Caminhos de Goiás*. 2^a Ed. Goiânia: Editora UFG, 1997.
- CRESCENCIO, Isabel Escobar. Representações dos indígenas de Goiás: Investigando a Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (1838-1839). *Cadernos de História*, v. 02, p. 1, 2012.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução a uma história indígena. In: _____ (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: FAPESP/SMC/Companhia das Letras, 1992. p. 9-24.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. Por um história indígena e do indigenismo. In: _____ *Cultura com Aspas*. São Paulo: Cosac Naify, 2009, p. 125-131.

_____. Pensar os índios: apontamentos sobre José Bonifácio. In: *Antropologia do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DOLES, Dalísia E.; NUNES, Heliane P. Memória da ocupação de Goiás na primeira metade do século XIX: uma visão dos viajantes europeus. In: *Ciências Humanas em Revista – História*, Goiânia: Ed. da UFG, v. 3, n.1/2, jan. / dez. 1992.

DIAS, Thiago Cancelier. Contatos e desacatos: *os línguas* na fronteira entre sociedade colonizadora e indígenas (1740 A 1889) – Goiás. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 205-226, jul./dez. 2013.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GIRALDIN, Odair. Renascendo das cinzas: um histórico da presença dos Cayapó-panara em Goiás e no triângulo mineiro. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 3, n. 1, p. 161-184, jan./dez. 2000.

JULIO, Suelen Siqueira. Relações em espaços fronteiriços: indígenas e sociedade envolvente na capitania de Goiás – *Anais do XVI Encontro Regional de História – Saberes e Práticas Científicas*, ANPUH – 2014. Disponível em:

< <http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/site/anaiscomplementares>>. Acesso em: 10 de maio de 2015.

_____. *Damiana da Cunha: uma índia entre a "sombra da cruz" e os caiapós do sertão*. 2015. 171 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de história. Rio de Janeiro, 2015.

KARASH, Mary. Catequese e cativo: política indigenista em Goiás, 1780-1889. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org). *História dos índios do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MAIA, João Marcelo Ehlert. Governadores de ruínas:os relatos de viagem de Couto de Magalhães e Leite Moraes. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 40, ju lho-dezembro de 2007, p. 3-23.

MARCONDES, Javã Isvi Pinheiro (2011). *O problema da defesa do território na Capitania de Goiás no século XVIII*. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal de Goiás, Goiânia-GO, 2011.

MARIN, Joel O. Bevilaqua. A formação de trabalhadores brasileiros: a experiência do Colégio Isabel. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 13, n. 2, p. 154-167, maio/ago. 2009.

MONTEIRO, John Manuel. Armas e armadilhas: história e resistência dos índios. In: NOVAES, Aduino (Org.). *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das letras, 1999.

MOTA, Lúcio Tadeu. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e as propostas de integração das comunidades indígenas no estado nacional. *Diálogos*, DHI/UEM, v. 2, p. 149-175, 1998.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. *As representações do medo e das catástrofes em Goiás*. 2006. 359f. Tese (Doutorado) – Departamento de Sociologia – Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2006.

PALACIN, Luis. A Ausência do Índio na Memória Goiana. *Ciências Humanas em Revista*, 3 (1/2) 59-70, jan./dez. 1992.

PEDROSO, Dulce Madalena Rios. *Documentação Histórica na Reconstituição da História Regional de Goiás*, 2007. Disponível em: <www.proec.ufg.br/revista_ufg/agosto2007/.../memoriaedocumentacao>. Acesso em: 08 de abril de 2014.

PEREIRA, Eliane M.C.M. A Construção de Nação e Região em Goiás, 1830-1945. *Ciências Humanas em Revista*, 6(2): 65:77, jul./dez.1995.

PINHEIRO, Antônio César Caldas. *Os tempos míticos das cidades-goianas*. Mitos de origem e invenção de tradição. Dissertação, Universidade Federal de Goiás /PPGH, Goiânia – GO, 2003.

PORTELA, Cristiane de Assis. Nem ressurgidos, nem emergentes: A resistência histórica dos Karajá de Buridina em Aruanã (1980-2006). (Dissertação de Mestrado), Universidade Federal de Goiás, Goiânia – GO, 2006.

RAVAGNANI, Oswaldo Martins. A agropecuária e os aldeamentos indígenas goianos. In: *Revista de Ciências Sociais*. UNESP. Perspectivas. São Paulo, vol. 9/10 (1986/1987).

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa* (tomo I). Campinas: Papirus, 1994.

_____. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: UNICAMP, 2010.

ROCHA, Leandro Mendes (org). *Atlas histórico: Goiás pré-colonial*. Goiânia: CECAB, 2001.

SANDES, N. F. A invenção de Goiás. In: Freitas, Lena Castelo Branco Ferreira; Aires, Aidenor; Caldeira, Elizabeth. (Org.). *A formação de Goiás Contemporâneo*. Goiânia: Kelps, 2012, v. 1, p. 53-69.

SANDES, Noé Freire; ARRAIS Cristiano Alencar. História e memória em Goiás no século XIX. Uma consciência da mágoa e da esperança. In: *Varia*. vol. 29 no.51, Belo Horizonte Sept./Dec. 2013.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo, 5ª edição, Editora Hucitec, 1997.

SILVA, Rogério Chaves da (2006). *O Jesuíta e o Historiador: A produção historiográfica de Luis Palacín sob o prisma da Matriz Disciplinar de Jörn Rüsen*. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal de Goiás, 2006.

SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

SUSSEKIND, Flora. *Brasil não e longe daqui: o narrador, a viagem*, O. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

WYLER, Lia. *Línguas, poetas e bacharéis: uma crônica da tradução no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

RECEBIDO EM: 12/12/2015
APROVADO EM: 29/03/2016